

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Apresentação

A Qualicorp Administradora de Benefícios é a maior administradora brasileira de planos de saúde coletivos por adesão e outros benefícios para grupos de afinidade, definidos em função da profissão ou área de atuação, em parceria com entidades de classe, com a escala dessa coletividade, a Qualicorp negocia junto às operadoras planos com condições especiais. A empresa também presta serviços de consultoria e gestão de planos de saúde coletivos empresariais e outros benefícios para empresas nacionais e multinacionais, dos mais variados portes.

Política de Destinação dos Lucros

A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 1% do lucro do Exercício. A Administração propôs a distribuição do lucro do exercício através de constituição de reserva legal no montante de R\$14.138, e a constituição de reservas de investimento no valor de R\$50.627. Os valores serão referendados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada até 28 de abril de 2023.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

A Companhia, em linha com o atual cenário desafiador para o setor de saúde e para a economia doméstica em geral, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade.

Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

A Companhia vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2023, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

A Companhia realizou investimentos, distribuídos em inovação e tecnologia, além de incentivos e comissionamento aos canais de vendas para distribuição de seus produtos. Além disso, a Companhia mantém investimento direto nas controladas Elo Administradora de Benefícios Ltda. e Plural Gestão de Planos em Saúde Ltda, 100% e 75% respectivamente.

Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício

Aquisição da Elo Administradora de Benefícios Ltda

Em 1 de janeiro de 2023, foi realizada a incorporação total da Elo Administradora de Benefícios Ltda, tendo como efeito a extinção da controlada incorporada.

A incorporação total da controlada, conforme protocolos e justificção de incorporação constantes nos atos societários beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos da sociedade envolvida, bem como a racionalização operacional e administrativa, o que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, societários e estruturais. O critério de avaliação do patrimônio líquido na incorporação foi o valor contábil dos ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme laudo de avaliação aprovado pela ANS em 28 de novembro de 2022.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Companhia afirma que ao final do ano de 2022, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e ela não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora.

Capital social e dividendos

Acordos de acionistas da Qualicorp Administradora de Benefícios e suas controladas:

Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	173.958	75%	R\$ 2.504.995,20
André Luiz Corbacho Vianna.	37.447	16%	R\$ 539.236,80
Sérgio Ricardo J. C. Braga	13.291	6%	R\$ 191.390,40
André Adrien Theodore Bucsan	4.832	2%	R\$ 69.580,80
Sílvio César Masquita	2.416	1%	R\$ 34.790,40
TOTAL	231.944	100%	R\$ 3.339.993,60

Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	550.000	100%	R\$ 550.000

Conforme contratos sociais, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação da unanimidade dos sócios.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Companhia, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Conselho de Administração da
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC SP-034519/O



Alessandra Aur Raso
CRC SP-248878/O

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE		693.847	569.358	761.859	630.804
Disponível	7	181.407	87.784	188.623	93.184
Realizável a Longo Prazo		512.440	481.574	573.236	537.620
Aplicações Financeiras	8	305.990	274.629	312.332	280.373
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		23.157	21.000	29.499	26.744
Aplicações Livres		282.833	253.629	282.833	253.629
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	69.958	94.151	122.816	143.189
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		69.958	94.151	122.816	143.189
Créditos Tributários e Previdenciários		36.816	32.976	36.827	32.986
Bens e Títulos a Receber	10	96.969	75.924	97.036	76.274
Despesas Antecipadas		2.707	3.894	4.225	4.798
ATIVO NÃO CIRCULANTE		914.418	865.420	918.123	864.799
Realizável a Longo Prazo		111.682	130.158	136.610	131.615
Créditos Tributários e Previdenciários		42.157	61.475	47.653	61.475
Depósitos Judiciais e Fiscais		9.490	13.422	11.320	14.868
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		60.035	55.261	77.637	55.272
Investimentos	12	311.400	262.745	33	33
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		311.367	262.712	-	-
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde		311.367	262.712	-	-
Outros Investimentos		33	33	33	33
Imobilizado	-	7.621	606	11.216	1.609
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		444	606	1.248	1.609
Direito de Uso de Arrendamentos	16	7.177	-	9.968	-
Intangível	13	483.715	471.911	770.264	731.542
TOTAL DO ATIVO		1.608.265	1.434.778	1.679.981	1.495.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE		438.037	384.567	485.694	431.558
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14	276.759	267.933	316.517	309.558
Contraprestações / Prêmios a Restituir		53.901	20.320	53.901	20.320
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		61.122	70.926	69.798	78.030
Comercialização sobre Operações		1.075	197	1.075	197
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		160.661	176.490	191.743	211.011
Provisões		-	107	1.109	1.590
Provisão para IR e CSLL		-	107	1.109	1.590
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		10.016	12.008	11.568	13.489
Débitos Diversos	15	151.262	104.519	156.500	106.921
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		231.300	206.006	245.557	217.090
Provisões		179.039	162.795	191.145	173.879
Provisões para Tributos Diferidos		132.558	115.607	133.010	119.424
Provisões para Ações Judiciais	17	46.481	47.188	58.135	54.455
Débitos Diversos	15	52.261	43.211	54.412	43.211
Tributos e encargos sociais a recolher		-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		938.928	844.205	948.730	846.955
Capital Social	18	314.006	314.006	314.006	314.006
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-
Reservas		624.922	530.199	624.921	530.199
Reservas de Capital		113.251	104.874	113.251	104.874
Reservas de lucro		511.671	425.325	511.670	425.325
Lucros acumulados		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		938.928	844.205	938.927	844.205
Participação dos não controladores no patrimônio líquido		-	-	9.803	2.750
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.608.265	1.434.778	1.679.981	1.495.603

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado até 31/12/2022	Acumulado até 31/12/2021	Acumulado até 31/12/2022	Acumulado até 31/12/2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		1.019.559	1.097.564	1.135.099	1.257.277
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		1.090.848	1.174.461	1.214.622	1.345.506
Receitas com Administração		1.090.848	1.174.461	1.214.622	1.345.506
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(71.289)	(76.897)	(79.523)	(88.229)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		1.019.559	1.097.564	1.135.099	1.257.277
Outras Receitas Operacionais		14.754	12.704	16.430	15.437
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		5.981	11.921	5.981	14.654
Outras Receitas Operacionais de planos de assistência a saúde		8.773	783	10.449	783
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(326.944)	(213.896)	(349.888)	(250.233)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	20	(228.441)	(142.582)	(233.304)	(155.773)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(98.503)	(71.314)	(116.584)	(94.460)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(5.401)	(4.247)	(6.310)	(4.706)
RESULTADO BRUTO		701.968	892.125	795.331	1.017.775
Despesas de Comercialização	20	(15.310)	(12.467)	(28.386)	(43.451)
Despesas Administrativas	20	(368.994)	(395.143)	(424.042)	(442.843)
Resultado Financeiro Líquido	21	69.790	18.550	68.272	16.549
Receitas Financeiras		103.758	65.754	110.413	71.769
Despesas Financeiras		(33.968)	(47.204)	(42.141)	(55.220)
Resultado Patrimonial		9.293	23.442	-	(424)
Receitas Patrimoniais		12.486	24.671	-	805
Despesas Patrimoniais		(3.193)	(1.229)	-	(1.229)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	22	396.747	526.507	411.175	547.606
Imposto de Renda		(55.533)	(85.171)	(64.057)	(97.765)
Contribuição Social		(21.443)	(30.729)	(24.580)	(35.317)
Impostos Diferidos		(35.002)	(64.181)	(34.998)	(63.258)
Participações sobre o Lucro		(2.004)	(1.615)	(2.004)	(1.665)
RESULTADO LÍQUIDO		282.764	344.811	285.535	349.601
ATRIBUÍVEL A					
Participações dos acionistas controladores		282.764	344.811	282.764	344.811
Participações dos não controladores		-	-	2.771	4.790
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		282.764	344.811	285.535	349.601

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada:

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Atribuível a proprietários da controladora					Participação dos não controladores		Total Consolidado
	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total Controladora	Participação dos não controladores	
			Legal	Outros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 (REAPRESENTADO)	276.366	87.750	55.273	432.940	-	852.329	1.534	853.863
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	344.811	344.811	4.790	349.601
Ações restritas	-	12.119	-	-	-	12.119	-	12.119
Dividendos pagos	-	-	-	(162.116)	-	(162.116)	(3.023)	(165.139)
Constituição de reserva legal	-	-	17.241	-	(17.241)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	3.276	(3.276)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	324.294	(324.294)	-	-	-
Aumento de capital	100.000	-	-	-	-	100.000	-	100.000
Cisão Parcial	(62.360)	4.601	(12.472)	(233.111)	-	(303.342)	(1.236)	(304.578)
Transações de capital entre sócios	-	404	-	-	-	404	5	409
Ajuste de participação proporcional	-	-	-	-	-	-	680	680
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021	314.006	104.874	60.042	365.283	-	844.205	2.750	846.955
Ajuste por adoção de Norma Contábil	-	-	-	24.857	-	24.857	5.430	30.287
SALDOS EM 01 DE JANEIRO 2022	314.006	104.874	60.042	390.140	-	869.062	8.180	877.242
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	282.764	282.764	2.771	285.535
Ações restritas	19	8.377	-	-	-	8.377	-	8.377
Dividendos pagos	-	-	-	(3.276)	(217.999)	(221.275)	-	(221.275)
Constituição de reserva legal	18	-	14.138	-	(14.138)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	18	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	18	-	-	50.627	(50.627)	-	-	-
Dividendos minoritários	-	-	-	-	-	-	(1.148)	(1.148)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022	314.006	113.251	74.180	437.491	-	938.928	9.803	948.732

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado até 31/12/2022	Acumulado até 31/12/2022	Acumulado até 31/12/2022	Acumulado até 31/12/2022
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	282.764	344.811	285.535	349.601
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	282.764	344.811	285.535	349.601
ATRIBUÍDO A				
Acionistas controladores	282.764	344.811	282.764	344.811
Acionistas não controladores	-	-	2.771	4.790

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(+) Recebimentos de planos de saúde		9.190.277	10.229.058	9.811.492	11.317.913
(+) Resgate de aplicações financeiras		-	27.022	257.557	221.428
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		41.985	28.480	44.817	29.593
(+) Outros Recebimentos Operacionais		739.857	197.616	771.817	249.478
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(8.296.100)	(9.148.872)	(8.828.528)	(10.094.726)
(-) Pagamentos de Comissões		(7.696)	(8.965)	(39.888)	(39.775)
(-) Pagamentos de Pessoal		(64.362)	(92.221)	(79.047)	(110.283)
(-) Pagamentos de Pró-Labore		-	-	(1.899)	(6.634)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(85.416)	(124.736)	(90.081)	(129.364)
(-) Pagamentos de Tributos		(170.769)	(235.210)	(201.020)	(272.572)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		-	-	-	-
(-) Pagamentos de Aluguel		(772)	(1.911)	(2.000)	(4.786)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(15.687)	(22.310)	(18.287)	(25.290)
(-) Aplicações Financeiras		(30.502)	-	(288.512)	(201.944)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(908.818)	(372.661)	(941.443)	(443.504)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		391.997	475.290	394.979	489.534
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS		-	-	(16)	-
(+) Recebimentos de Dividendos		-	11.112	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		-	2.311	-	2.311
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - OUTROS		-	-	-	(144)
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(45.126)	(43.367)	(45.126)	(75.193)
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas, líquido do caixa adquirido		-	(61.637)	-	(59.094)
(-) Cisão parcial		(218.574)	(511.866)	(218.574)	(514.106)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		(23.700)	-	(23.700)	(180)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(287.400)	(603.447)	(287.416)	(646.406)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
(+) Integralização de Capital em Dinheiro		-	100.000	-	100.000
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		-	(162.116)	(1.148)	(166.459)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		(10.974)	-	(10.974)	-
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos / Financiamentos / Leasing		-	(5.487)	-	(5.487)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(10.974)	(67.603)	(12.122)	(71.946)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		93.623	(195.760)	95.440	(228.818)
Caixa - saldo inicial	8	87.784	283.544	93.184	322.002
Caixa - saldo final	8	181.407	87.784	188.624	93.184
Ativos livres no início do ano (*)	8	87.784	283.544	93.184	322.002
Ativos livres no fim do ano (*)	8	181.407	87.784	188.623	93.184
AUMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		93.623	(195.760)	95.439	(228.818)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).
Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 963E-8C33-26D3-F765.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações Gerais

a) Contexto Operacional

A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Qualicorp Benefícios" ou "Companhia") sociedade por ações, com seu capital fechado, iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo, é uma Companhia controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A ("Grupo Qualicorp" ou "Controladora").

Em 12 de fevereiro de 2010, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ("ANS") para operar como Companhia administradora de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resoluções Normativas (RNs) n. 195/2009 e 515/2022 da ANS.

A Companhia e suas controladas Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. e Elo Administradora de Benefícios Ltda. efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, órgãos públicos e etc.).

As operações são conduzidas através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

i) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528.

Através da RN 528 de 29 de abril de 2022, a ANS sustentou a posição de adotar a partir de 2023 o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e de não adotar ICPC22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

ii) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Qualicorp. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

iii) Adoção Inicial de novas normas

a) CPC 06 (R2) - Arrendamentos – Mensuração e Reconhecimento

O pronunciamento CPC 06 (R02) foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2019, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual.

A referida norma estabelece critérios para evidenciar, em balanço patrimonial, os compromissos assumidos em contratos de arrendamento, em contrapartida a um ativo de direito de uso do correspondente bem arrendado.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo com efeito cumulativo, abordagem simplificada, sugerido pela norma, utilizando o saldo de pagamentos remanescentes. As informações comparativas não são reapresentadas.

Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de arrendamento em 1º de janeiro de 2022. A Companhia optou por utilizar taxa de desconto única para contratos de características semelhantes, diferenciadas pelo prazo do contrato. As taxas aplicadas aos passivos de arrendamento pela Companhia são de 12,64% ao ano.

b) CPC 47 - Receita de contrato com clientes – Mensuração e Reconhecimento

O pronunciamento CPC 47 foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2018, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa Nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de junho de 2022, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual.

A Companhia adotou o CPC 47 aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo.

A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, passaram a ser capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Companhia.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

- c) Impactos estimados da adoção das normas CPC 47 e CPC 06 (R2) na data de abertura das demonstrações financeiras:

Controladora	Divulgado			Adoção de Normas
	31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	01/01/2022
Balanco Patrimonial				
Créditos tributários (a)	61.475	2.081	21	63.577
Imobilizado	606	-	2.132	2.738
Intangível	471.911	6.120	-	478.031
Ativo	533.992	8.201	2.153	544.346
Débitos Diversos (Arrendamento - circulante)	104.519	-	1.439	105.958
Débitos Diversos (Arrendamento - não circulante)	43.211	-	339	43.550
Provisão para tributos diferidos	115.607	-	(10)	115.597
Patrimônio líquido	844.245	8.201	385	852.831
Passivo e patrimônio líquido	1.107.582	8.201	2.153	1.117.936

Consolidado	Divulgado			Adoção de Normas
	31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)	01/01/2022
Balanco Patrimonial				
Créditos tributários (a)	61.475	7.574	25	69.074
Imobilizado	1.609	-	5.627	7.236
Intangível	731.542	22.277	-	753.819
Ativo	794.626	29.851	5.652	830.129
Débitos Diversos (Arrendamento - circulante)	106.921	-	2.569	109.490
Débitos Diversos (Arrendamento - não circulante)	43.211	-	2.641	45.852
Provisão para tributos diferidos	119.424	-	6	119.430
Patrimônio líquido	846.955	29.851	436	877.242
Passivo e patrimônio líquido	1.116.511	29.851	5.652	1.152.014

- a) Refere-se a imposto de renda diferido.

Adicionalmente, para fins de comparação, demonstramos abaixo os impactos da adoção do CPC 06 (R2) e CPC 47 na demonstração de resultado caso a data de aplicação da norma fosse 1º de janeiro de 2021.

Controladora	Divulgado			Após adoção de normas
	Demonstração do Resultado	31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)
Despesas administrativas	(395.143)	-	1.258	(393.885)
Despesas de comercialização	(12.467)	6.120	-	(6.347)
Resultado Financeiro	18.550	-	(318)	18.232
Impostos diferidos	(64.181)	2.081	(555)	(62.655)
Lucro líquido	344.811	8.201	385	353.397

Consolidado	Divulgado			Após adoção de normas
	Demonstração do Resultado	31/12/2021	CPC 47	CPC 06 (R2)
Despesas administrativas	(442.843)	-	1.390	(441.453)
Despesas de comercialização	(43.451)	22.277	-	(21.174)
Resultado Financeiro	16.549	-	(388)	16.161
Impostos diferidos	(63.258)	7.574	(566)	(56.250)
Lucro líquido	349.601	29.851	436	379.888

3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

Princípios gerais:

Os Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

i. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas passaram a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

A Companhia e suas controladas efetuam a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

iii. Aplicações financeiras

Incluem aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos e aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 22, de 29 de abril de 2022 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

iv. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Companhia e suas controladas), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "Débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "Contraprestações /prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios".

v. Combinação de negócios e investimentos em controladas

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica.

De acordo com a nova definição de negócio constante no item B7 revisada e atualizada no Pronunciamento Técnico CPC/15 (R1), um negócio consiste em Inputs (Entradas) e Processos que aplicados a essas entradas possuem a capacidade de contribuir para a criação de Outputs (Saídas), ou seja, as principais alterações dizem respeito à uma definição mais restrita de saídas onde um conjunto de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo para ser um negócio.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas

Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Adicionalmente a Companhia não possui ou detém participações não controladoras.

b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia considera que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

vi. Provisão para perdas sobre créditos

Nas operações em que a Companhia assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

vii. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.x a).

viii. Intangível

Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3.x a).

(*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica "Investimentos", líquidos das amortizações, impostos diferidos e baixas.

- ix. Redução ao valor recuperável do ativo (Impairment)
 - a) Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil determinados

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

- b) Ágio

O ágio (goodwill) é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Adicionalmente, os ágios são alocados a unidade geradora de caixa Afinidades, que são avaliados para fins de impairment anualmente.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Durante o exercício de 2022 a Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e não detectaram necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável. Para maiores detalhes ver a nota explicativa nº 13 a).

x. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$20.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Companhia e suas controladas utilizam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

xi. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

xii. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

- 1) Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente.
- 2) Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

xiii. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

xiv. Provisões para ações judiciais

As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Companhia, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica;
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível;

Adicionalmente, a fórmula para o cálculo é a seguinte:

$$=[(Base\ ativa \times \% \ Taxa\ de\ perda) \times \$ \ Valor\ médio/mediano\ de\ desembolso]$$

xv. Participações sobre o lucro e opções de compra de ações e ações restritas

As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e suas controladas são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 19). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta "Reserva de capital - opções outorgadas de ações".

Plano de ações restritas:

O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido em despesas administrativas com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração de sua controladora, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato; O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua controladora. O prazo máximo para o exercício das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação dos resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

xvi. Contabilização dos dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (vide nota explicativa nº18), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido.

xvii. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. A Companhia possui apenas um segmento, o Segmento Afinidades. As apresentações das segmentações e seus detalhes estão descritas na nota explicativa nº 23.

4 Principais Estimativas e Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e suas controladas e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

A Companhia e suas controladas adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

- a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por impairment, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3.x b) e premissas na nota explicativa nº 13. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 13.

- b) Provisão para riscos cíveis

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R\$3.534.

5 Instrumentos Financeiros

- a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros contabilizados por meio do resultado e empréstimos e recebíveis e apresentados a seguir se aproximam dos seus valores justos.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

Controladora				
31/12/2022		31/12/2021		
Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	70.356	-	17.626
Aplicações financeiras	-	305.990	-	274.629
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	69.958	-	94.151	-
Bens e títulos a receber	96.969	-	75.924	-
Depósitos judiciais e fiscais	9.490	-	13.422	-
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	160.661	-	176.490	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	61.122	-	70.926	-
Contraprestações / prêmios a restituir	53.901	-	20.320	-
Comercialização sobre Operações	1.075	-	197	-
Débitos diversos – circulante e não circulante	203.523	-	110.551	37.179

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	74.984	-	21.196
Aplicações financeiras	-	312.332	-	280.373
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	122.816	-	143.189	-
Bens e títulos a receber	97.036	-	76.274	-
Depósitos judiciais e fiscais	11.320	-	14.868	-
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	191.743	-	211.011	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	69.798	-	78.030	-
Contraprestações / prêmios a restituir	53.901	-	20.320	-
Comercialização sobre Operações	1.075	-	197	-
Débitos diversos – circulante e não circulante	210.912	-	150.132	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua.
- Nível 2 – Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento.
- Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

Consolidado	31/12/2022		31/12/2021	
	Nível 1	Nível 3	Nível 1	Nível 3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	70.356		17.626	
Aplicações financeiras	305.990	-	274.629	-
Débitos diversos – passivo não circulante - Opções de compra para aquisição de participação de não controladores	-	45.631		37.179

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

O valor contábil dos demais ativos e passivos financeiros é próximo ao seu valor justo.

Reconciliação das mensurações de valor justo de Nível 3 dos passivos financeiros

	Valor justo por meio do resultado
	Plural
Saldo em 31 de dezembro de 2021	
Constituição de obrigações a pagar e opções de compra de participação de não controladores relacionadas à aquisição.	54.083
Atualização a valor justo	(8.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.631

A Companhia tem compromissos contratados através de opção de compra de participações de não controladores relativos à aquisição da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.

A determinação do valor de compra da participação de não controladores é determinada substancialmente através de múltiplos de Faturamento, ambos para o período de 12 meses que antecederem o exercício da opção. Esse passivo é mensurado com base no valor justo das participações de não controladores e estimado com a aplicação de uma abordagem do fluxo de caixa descontado.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Companhia e suas controladas efetuam operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e suas controladas são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Companhia e suas controladas possuem controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 e 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.vii.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	70.356	17.626	74.984	21.196
Aplicações financeiras vinculadas (i)	305.990	274.629	312.332	280.373
Total de exposição líquida	376.346	292.255	387.316	301.569

- i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 7 e nº 8.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível.

31 de dezembro de 2022, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 5.831.

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 18).

Capital Base

O Capital Base, regulamentado pela RN 526 a partir de junho de 2022, estabelece uma regra que define o montante a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização.

Na apuração da capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez, é determinado pela região de comercialização da operadora e pelo segmento.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital base calculado mínimo obrigatório é de R\$ 1.876 (R\$ 1.677 em 2021).

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos regulamentados na RN 526 de junho de 2022.

Conforme exposto no art.9 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório;
- ii) A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base apurado e a margem de solvência (não aplicável para administradoras de benefícios);
- iii) A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o patrimônio líquido ajustado calculado estão compostos como segue:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Qualicorp Benefícios	Elo	Plural	Qualicorp Benefícios	Elo	Plural
PLA	141.142	3.347	30.191	105.688	10.065	(1.327)
Capital regulatório	1.876	476	1.876	1.677	1.677	425

A Companhia e suas controladas estão enquadrados à respectiva Instrução Normativa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, exceto a controlada ELO, que no ano de 2021 possuía o PLA insuficiente, mas já regularizado dentro do primeiro trimestre de 2022.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Consolidado	Menos de seis meses	De um ano a dois anos	Total
31 de dezembro de 2022:			
Débitos de operações de administração de benefícios	191.743	-	191.743
Receita antecipada de contraprestações / prêmios	69.798	-	69.798
Contraprestações / prêmios a restituir	53.901	-	54.901
Comercialização sobre Operações	1.075	-	1.075
Débitos diversos	156.500	54.412	210.912
Total	473.017	54.412	528.429

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Companhia iniciou o exercício 2022 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC 15	Combinação de negócios: Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente emitida em 2018. Ela também inclui no CPC 15 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25, mantendo para o comprador a aplicação dessa norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19 – Tributos, o comprador aplica essa norma para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. A Companhia concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: as alterações esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do “custo incremental” podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação. A Companhia concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 27	Ativo Imobilizado: a alteração não permite que uma entidade deduza do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A Companhia concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 37	Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: simplifica a aplicação da norma por uma subsidiária que adote o CPC pela primeira vez após sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. A Companhia concluiu que não houve impactos com tais mudanças.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações, revisões e adições de normas forma emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023:

Normas	Descrição da alteração
CPC 50	Contrato de Seguro: essa norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. A Administração concluiu que não teremos impactos para a Companhia por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio.
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: a emenda substitui o requerimento de divulgação de "políticas contábeis significativas" pela exigência de divulgar suas "políticas contábeis materiais", além de adicionar orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A Companhia concluiu que não teremos impactos devido a essas mudanças.
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda altera a definição "mudança de estimativas contábeis" para "estimativas contábeis". A Companhia concluiu que não teremos impactos devido a essa mudança.
CPC 32	Tributos sobre o Lucro: as alterações esclarecem que ao ocorrer o reconhecimento de um ativo e passivo em transações que afete o lucro contábil ou lucro tributável ou das origens a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis deve reconhecer um passivo ou ativo fiscal diferido. A Companhia concluiu que não teremos impactos com tais mudanças.

Normas que estão em vigor, mas não foi adotado, pois não houve aprovação da ANS

O CPC 48 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não foi adotado, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Companhia entende que o impacto dessa norma será:

- Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Companhia verificou que os ativos financeiros classificados como "Empréstimos e Recebíveis" devem ser classificados como "Custo Amortizado";
- Com relação ao novo modelo de impairment, a Companhia entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de "perdas incorridas" e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das "perdas de crédito Impactos da adoção das normas contábeis

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

Caso o CPC 48 fosse aprovado pela agência reguladora, teríamos os seguintes ajustes nas demonstrações da Companhia:

Controladora		
Balanco Patrimonial	2022	2021
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(38.899)	(40.607)
Créditos tributários e previdenciários	13.264	13.842
Ativo	(25.635)	(26.765)
Patrimônio líquido	(25.635)	(26.765)
Passivo e patrimônio líquido	(25.635)	(26.765)
Demonstração do Resultado		
	2022	2021
Provisão para perdas sobre créditos	(38.899)	(40.607)
Impostos diferidos	13.264	13.842
Lucro líquido	(25.635)	(26.765)

Consolidado		
Balanco Patrimonial	2022	2021
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(44.473)	(45.417)
Créditos tributários e previdenciários	14.501	15.122
Ativo	(29.972)	(30.295)
Patrimônio líquido	(29.972)	(30.295)
Passivo e patrimônio líquido	(29.972)	(30.295)
Demonstração do Resultado		
	2022	2021
Provisão para perdas sobre créditos	(44.473)	(45.417)
Impostos diferidos	14.501	15.122
Lucro líquido	(29.972)	(30.295)

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

7 Disponível

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta depósito - movimento - país	111.048	70.155	113.636	71.981
Operações compromissadas (a)	70.303	17.275	71.947	20.777
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (b)	53	351	3.037	419
Caixa	3	3	3	7
Total	181.407	87.784	188.623	93.184

- a) Refere-se à operação compromissada com lastro em debêntures, com liquidez imediata. A remuneração é com base na taxa DI de 75%.

- b) Esses instrumentos financeiros são atualizados com base na taxa de 88,50% a 106,00% do CDI e estão custodiados na B3.

8 Aplicações Financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cotas de Fundos de Investimentos (a)	282.833	253.629	282.833	253.629
Fundo de investimento ANS (b)	23.157	21.000	29.499	26.744
Total	305.990	274.629	312.332	280.373

- a) Trata-se de aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, o valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.
- b) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 22, de 29 de abril de 2022 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

9 Créditos de Operações Com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência (a)	69.958	94.151	122.816	143.189
Total	69.958	94.151	122.816	143.189

- a) Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Companhia nos respectivos vencimentos das faturas.

I.O resumo por idade dos saldos é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	33.337	45.368	84.975	87.548
Vencidos:				
Até 30 dias	28.965	37.240	29.332	42.394
De 31 a 60 dias	7.657	11.543	8.509	13.247
Total	69.958	94.151	122.816	143.189

II. Movimentação da provisão para perdas sobre créditos – Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Perdas (Reversão) (*)	-	(48.894)	-	(50.378)
Perdas Efetivas (Recuperações)	98.503	120.208	116.584	144.838
Saldo no fim do exercício	98.503	71.314	116.584	94.460

(*) A Companhia efetuou o reconhecimento da perda esperada com base na provisão das contraprestações registradas no ativo sobre a suspensão do reajuste.

10 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a identificar - Operadoras/Seguradoras (a)	85.807	57.112	85.808	57.113
Contas a Receber -Alienação Qsaúde (b)	2.419	4.057	2.419	4.057
Adiantamentos de repasse de contratos	20	2.945	20	2.945
Depósitos Judiciais	-	6.761	-	6.761
Outros	8.723	5.049	8.789	5.398
Total	96.969	75.924	97.036	76.274

- a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia.

Em 2022, a Companhia identificou a necessidade de efetuar uma provisão para perda no valor de R\$ 47.390 referente a prêmios repassados para as operadoras e seguradoras de saúde, vide processo de riscos de créditos mencionado na nota explicativa nº 5 b).

- b) O saldo dos Contas a receber dessa operação no ativo não circulante está dentro do grupo Outros créditos a receber a longo prazo no montante de R\$ 26.489 (R\$ 26.737 em 2021).

11 Partes Relacionadas

Saldos e transações com partes relacionada, no consolidado:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Ativo		Passivo	
Operações Intecompany	686	154	(32.840)	(7.560)

A Companhia possui transações com partes relacionadas referente às atividades de “back office” para atendimento às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas do Grupo.

	31/12/2022		
	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Demais controladas
Serviços de boletagem	14	-	(14)
Serviços corporativos e rateios (i)	99.383	(99.383)	-

	31/12/2021		
	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Demais controladas
Serviços de boletagem	3	-	(3)
Serviços corporativos e rateios (i)	66.469	(66.469)	-

- i. Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Companhia (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	185	5.593	470	10.230
Remuneração baseada em ações	-	7.847	-	11.159
Saldo	185	13.440	470	21.389

- A despesa com remuneração, para os diretores e empregados, é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.

12 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações societárias:				
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	230.665	184.162	-	-
Elo Administradora de Benefícios Ltda	80.702	78.550	-	-
Total de participações societárias	311.367	262.712	-	-
Outros investimentos:	33	33	33	33
Total outros investimentos	33	33	33	33
Total dos investimentos	311.400	262.745	33	33

	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	Elo Administradora de Benefícios Ltda	Total
Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2022:			
Capital social	3.340	4.250	7.590
Patrimônio líquido	62.626	3.455	66.081
Lucro (prejuízo) do exercício	11.086	978	12.064
Informações sobre os investimentos:			
Quantidade de cotas	174	550	724
Participação - %	75%	100%	
Movimentação do investimento:			
Total do investimento em 31 de dezembro de 2021:	184.162	78.550	262.712
Aumento de capital em controladas	-	3.700	3.700
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	-	20.000
Adoção inicial de normas em controladas	16.291	(18)	16.273
Equivalência patrimonial	10.212	(1.530)	8.682
Equivalência patrimonial sobre participações societárias	8.315	978	9.293
Amortização do intangível (i)	(1.480)	(2.508)	(3.988)
IR/CS diferido sobre amortização do intangível	3.377	-	3.377
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2022:	230.665	80.702	311.367

- i. Refere-se e à amortização dos intangíveis referentes a relacionamento de clientes, marcas, contrato de não competição e software do período.

13 Intangível

I. Está composto como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2022	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2022
Aliança Administradora de Benefícios SA, empresa incorporada (a)		249.420	-	249.420	249.420	-	249.420
Grupo Padrão, incorporada (a)		136.653	-	136.653	136.653	-	136.653
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda (a)					168.528	-	168.528
Elo Administradora de Benefícios Ltda (a)		-	-	-	66.550	-	66.550
Total de ágio (a)		386.073	-	386.073	621.151	-	621.151
Aquisições de cessão de direitos	20	250.865	(224.308)	26.557	276.746	(228.972)	47.774
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	252.977	(206.820)	46.157	253.150	(206.885)	46.265
Direito de exclusividade	20	64.183	(43.248)	20.935	69.183	(43.248)	25.935
Marcas e patentes	20	-	-	-	1.149	(486)	663
Acordo de não competição	16,5	4.280	(4.280)	-	5.725	(4.770)	955
Comissão de Obtenções de Vendas	40,8	7.406	(3.414)	3.993	45.920	(18.399)	7.521
Total outros ativos intangíveis		965.784	(482.070)	483.715	1.273.024	(502.760)	770.264

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Ágio (a)	386.073	-	-	-	386.073
Aquisições de cessão de direitos	40.026	-	(13.469)	-	26.557
Softwares e softwares em desenvolvimento (c)	40.731	18.114	(12.263)	(425)	46.157
Direito de exclusividade (d)	5.081	22.000	(4.990)	(1.156)	20.935
Comissão de Obtenções de Vendas (e)	-	7.407	(3.414)	-	3.993
Total outros ativos intangíveis	471.911	47.521	(34.136)	(1.581)	483.715

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Ágio (a)	621.151	-	-	-	621.151
Aquisições de cessão de direitos (b)	62.284	2.561	(17.071)	-	47.774
Softwares e softwares em desenvolvimento (c)	40.850	18.115	(12.275)	(425)	46.265
Direito de exclusividade (d)	5.081	27.000	(4.990)	(1.156)	25.935
Marcas e patentes	956	-	(293)	-	663
Acordo de não competição	1.220	-	(265)	-	955
Comissão de Obtenções de Vendas (e)	-	45.920	(18.399)	-	27.521
Total outros ativos intangíveis	731.542	93.596	(53.293)	(1.581)	770.264

a) Teste de perda por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01, os ágios das empresas adquiridas e demais intangíveis devem ser submetidos ao teste de "impairment", no mínimo, anualmente. A Companhia efetuou esse teste para todos as aquisições de investimentos e intangíveis realizados até 31 de dezembro de 2022. O teste foi baseado no valor recuperável das unidades geradoras de caixas, apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa baseado nas projeções financeiras aprovadas pela Administração:

PREMISSAS UGC ADESÃO	
Receitas	Para o exercício de 2023 as análises se basearam, principalmente, no orçamento da Companhia. Para os demais anos foram considerados premissas macroeconômicas e de mercado de acordo com o plano de longo prazo da Companhia.
Despesas	Para o exercício de 2023 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. Para os demais anos, as despesas fixas foram reajustadas em função dos índices de inflação projetados para o período, tais como folha, serviços de terceiros, ocupação decorrente de aluguéis.
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxas entre 9% e 12,5% levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC) de 11,8%.
Perpetuidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 5% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo.
Fontes	O trabalho foi realizado com base em fontes de informações econômicas, publicadas pelo Banco Central do Brasil, IPEA, Bloomberg e demais Bancos (Itaú, Bradesco, BTG e Santander) informações operacionais da Companhia, além das informações financeiras publicadas por ela.

- b) Refere-se ao acordo comercial firmado em 1 de fevereiro de 2022 no montante de R\$ 2.561 entre a controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda com a Clube Care Brasil Administradora de Benefícios Ltda.
- c) Refere-se a gastos com a aquisição de licenciamentos de softwares e softwares operacionais em uso.
- d) Referem-se aos contratos de direito de exclusividade e obrigações realizados:

Em 1 de novembro de 2022 foi firmado o contrato no montante de R\$ 5.000 entre a controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda e a Associação Médica Espírita Cristã.

Em 11 de agosto de 2021 foi firmado o contrato no montante de R\$ 22.000 entre a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A com a Seguros Unimed. Os pagamentos foram realizados ao longo do ano de 2022, com saldo remanescente a pagar em 14 parcelas.

- e) Refere-se a comissão de obtenção de novas vendas. Após a adoção do CPC 47 através da RN 528/2022 a Companhia avaliou os impactos e gerou uma capitalização de R\$ 6.120 na controladora e R\$ 22.277 no consolidado, de adoção inicial de comissões atreladas a vendas novas conforme nota explicativa 2.iii.

14 Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios e planos de saúde a repassar (a)	160.661	176.490	191.743	211.011
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	61.122	70.926	69.798	78.030
Contraprestações / Prêmios a Restituir	53.901	-	53.901	-
Comercialização sobre Operações	1.075	20.517	1.075	20.517
Total	276.759	267.933	316.517	309.558

- a) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram efetuados substancialmente até 31 de janeiro de 2022 para os valores de 2022 e 31 de janeiro de 2021 para os valores de 2021.

15 Débitos Diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante:				
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (a)	63.786	39.413	63.786	39.413
Reembolso de despesas a pagar (b)	32.840	9.259	32.849	9.259
Devolução Beneficiário (RN412)	19.332	13.913	19.332	13.913
Obrigação com Pessoal	10.810	7.428	12.370	9.266
Aquisição de intangível a pagar	6.410	17.854	8.910	17.854
Depósitos não identificados (c)	3.783	4.942	3.783	4.942
Fornecedores Diversos	2.741	4.115	3.042	4.540
Arrendamento a pagar (d)	2.690	-	3.552	-
Contas a Pagar por Aquisição / Earn-Out	592	-	592	-
Outros	8.277	7.595	8.284	7.734
Total circulante	151.262	104.519	156.500	106.921
Não Circulante:				
Opção de compra (e)	45.631	37.179	45.631	37.179
Valores Retidos para Indenização - LP	-	3.640	-	3.640
Aquisição de Intangível a Pagar - LP	1.704	1.800	1.704	1.800
Arrendamento a pagar - LP (d)	3.881	-	6.033	-
Outros - LP	1.045	-	1.045	-
Contas a Pagar por Aquisição / Earn-Out - LP	-	592	-	592
Total não circulante	52.261	43.211	54.412	43.211
Total Geral	203.523	147.730	210.913	150.132

- a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia.
- b) Refere-se a valores de partes relacionadas, vide nota explicativa nº 11.
- c) O saldo refere-se, substancialmente, a depósitos não identificados.
- d) Refere-se ao valor de arrendamento a pagar, vide nota explicativa nº 16.

16 Arrendamentos

- a) Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Saldo inicial	-	-
Adoção inicial de norma	2.132	5.627
Reajustes e renovações contratuais	375	938
Adição direito de uso (novos contratos)	7.828	7.828
Depreciação no período	(2.827)	(3.903)
Baixa de arrendamentos	(331)	(522)
Saldo no fim do período	7.177	9.968

b) Arrendamentos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2022 a movimentação no período é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	-	-	-
Adoção inicial de norma	1.778	-	5.210	-
Reajustes e renovações contratuais	375	-	938	-
Adição direito de uso (novos contratos)	7.828	-	7.828	-
Juros apropriado no período	865	-	1.258	-
Baixa de arrendamentos	(1.441)	-	(1.591)	-
Pagamentos realizados	(2.834)	-	(4.060)	-
Saldo no fim do período	6.571	6.571	9.583	9.583

c) Demonstração de resultado

No decorrer do período foram registrados os seguintes montantes em resultado:

- Juros sobre atualização do passivo de arrendamento totalizam R\$ 1.258 no consolidado e R\$ 865 na controladora e estão registrados em despesa financeira, conforme nota explicativa nº 21.
- As depreciações dos arrendamentos totalizam R\$ 3.903 no consolidado e R\$ 2.827 na controladora e estão registradas em despesas administrativas, nota explicativa nº 20.
- Em virtude das remensurações e baixas do passivo de arrendamento e consequente baixas de ativo, tivemos um efeito líquido no resultado de R\$ 1.069 no consolidado.

17 Provisão Para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, tributárias e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (a)	35.374	35.922	40.052	38.743
Regulatório - ANS (b)	9.481	9.097	9.629	9.332
Trabalhistas e previdenciárias (c)	1.626	2.169	3.227	3.583
Tributárias (d)	-	-	5.227	2.797
Total	46.481	47.188	58.135	54.455

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados, no consolidado:

	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022
Cíveis (a)	38.743	7.091	(5.782)	40.052
Regulatório - ANS (b)	9.332	972	(675)	9.629
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.583	564	(920)	3.227
Tributárias (d)	2.797	2.430	-	5.227
Total	54.455	11.057	(7.377)	58.135

	31/12/2020	Adições	Reversões	31/12/2021
Cíveis (a)	32.078	9.830	(3.165)	38.743
Regulatório - ANS (b)	22.100	1.232	(14.000)	9.332
Trabalhistas e previdenciárias (c)	7.189	2.494	(6.100)	3.583
Tributárias (d)	4.637	1.656	(3.496)	2.797
Total	66.004	15.212	(26.761)	54.455

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2022:

- A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$35.374 e R\$40.052 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$35.022 e R\$38.743 em 2021 na controladora e consolidado, respectivamente), estimado provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão para contingências. E avaliados como possível o desembolso de caixa R\$35.688 na controladora e no consolidado, (R\$42.186 em 2021 na controladora e no consolidado, respectivamente) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) percentual de reajuste aplicado aos contratos. Sejam eles reajustes anuais ou por faixa etária. (ii) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS. (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas e protestadas junto à empresa de proteção ao crédito referenciado de mercado.
- A Companhia é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$9.481 e R\$9.629 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$9.097 e R\$9.332 em 2021, na controladora e consolidado, respectivamente) avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R\$2.925 na controladora e no consolidado (R\$2.930 em 2021 na controladora e no consolidado) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões.
- A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$1.626 e R\$ 3.227 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$2.169 e R\$ 3.583 em 2021 Controladora e Consolidado, respectivamente). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$298 Controladora e Consolidado (R\$2.476 em 2021 Controladora e Consolidado), não foram constituídas provisões.
- A Companhia é parte passiva em processos tributários em andamento. Entretanto, não foram constituídas provisões, pois não existem contingências cuja perda foi avaliada como provável na controladora. No consolidado, verifica-se o montante provisionado de R\$5.227 (R\$ 2.797 em 2021), referente às controladas Plural e Elo.

Contingência tributária sob auto de infração classificadas como possível:

A Companhia possui passivos contingentes de natureza tributária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual não foram constituídas provisões.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

Esses passivos contingentes de natureza tributária, acrescidos de juros e atualização monetária, totalizam R\$ 1.188.458 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 668.437 em 2021), conforme detalhado a seguir:

- a. O valor total de R\$ 130.123 (R\$ 120.666 em 2021) refere-se a auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio no ano-calendário de 2011. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia;
- b. O valor total de R\$ 436.778 (R\$ 402.549 em 2021) refere-se a auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio nos anos-calendários de 2012 a 2014. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia;
- c. O valor de R\$ 102.413 refere-se ao auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio nos anos-calendário de 2016 a 2018. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia;
- d. O valor total de R\$ 3.100 (R\$ 2.862 em 2021) refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a exigência de contribuições previdenciárias relativamente a distribuições de dividendos realizadas de 12/2012 a 12/2014. A Companhia interpôs recurso na condição de sucessora por incorporação, pendente de julgamento na esfera administrativa;
- e. O valor total de R\$ 47.627 (R\$ 43.927 em 2021) refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e da Contribuição para o PIS/PASEP ("PIS"), relativas aos períodos de dezembro de 2012, janeiro a dezembro de 2013 e janeiro a dezembro de 2014. A legitimidade do auto de infração está sendo discutida na esfera administrativa;
- f. O valor total de R\$ 7.682 (R\$ 7.075 em 2021) refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") e de multa proporcional, relativos aos períodos de dezembro/2012 a dezembro/2014. A Companhia interpôs recurso na condição de sucessora por incorporação, pendente de julgamento na esfera administrativa;
- g. O valor total de R\$ 85.627 (R\$ 78.976 em 2021) refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2013 e 2014. A legitimidade do auto de infração está sendo discutida na esfera administrativa;
- h. O valor de R\$ 5.003 (R\$ 4.606 em 2021) refere-se a autos de infração lavrados para exigência de contribuições previdenciárias (cota patronal e SAT/RAT), além de contribuições para outras entidades e fundos (SENAC, SESC, SEBRAE, INCRA e Salário-Educação), relativas ao mesmo ano-calendário de 2015, e relacionadas ao plano de *stock options*;
- i. O valor total de R\$ 370.106 refere-se a autos de infração envolvendo a definição do local de recolhimento do ISS devido pela Companhia, exigência de TFE e imputação relativos aos anos de 2016 e 2018. A Companhia interpôs recurso em face dessas autuações, que atualmente se encontra pendente de julgamento na esfera administrativa;

18 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 314.006 representado por 496.715.989 ações ordinárias pertencentes ao Grupo Qualicorp.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

Segue abaixo quadro que será levado para aprovação da Assembleia na proposta da distribuição de dividendos de 2022 com pagamento até 31 de dezembro de 2023.

Destinação do Lucro líquido	2022	2021
Lucro líquido do exercício	282.764	344.811
(-) Constituição de reserva legal	(14.138)	(17.241)
Base de cálculo dos dividendos	268.626	327.570
Dividendos antecipados	(217.999)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	3.276
Dividendo proposto a pagar	50.627	324.294

A destinação será referenda pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada até 28 de abril de 2023, e estão demonstrados na rubrica "Dividendo Proposto".

Reserva legal

Conforme estabelece o Estatuto Social, a Companhia deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$ 62.802 (R\$ 60.042 em 2021).

19 Programa de Ações Restritas

O Grupo Qualicorp possui programa de outorga ações e ações restritas. São elegíveis a esse plano os administradores, empregados e prestadores de serviços. O plano é administrado pelo Conselho de Administração de sua controladora, que tem poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas.

O saldo em 31 de dezembro de 2022, da quantidade de ações passíveis de serem outorgadas no âmbito do Plano de Ações Restritas da Companhia é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Programa de ações restritas	525.291	677.668

Em contrato celebrado em 9 de maio de 2019 o novo plano absorveu a outorga de 5.700.000 opções, nos termos do instrumento particular de entrega de ações ("Plano de entrega de ações restritas").

As principais características do novo plano são as seguintes:

- As ações restritas passarão a ser devida aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração, na proporção de 25% das ações, na data de aniversário de celebração do contrato;
- O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações da Companhia, equivalentes a 11.287.073 ações em 31 de março de 2019, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

- c) O prazo máximo para o exercício das opções outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção.
- d) O preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

Em contrato celebrado em 26 de dezembro de 2019, foi constituída uma nova outorga de 516.000 ações restritas aos novos membros da administração do Grupo Qualicorp, nas mesmas características do plano outorgado em 9 de maio de 2019, atendendo todas as características do plano acima descrito exceto o item a. na proporção de 33% ações ao ano.

Em abril de 2021 o Grupo Qualicorp aprovou um novo Plano de Concessão de Ações Restritas, que foram entregues a determinados executivos e sujeitas a um período de restrição (lock-up) de 1 ano, onde por conta desse período o Grupo Qualicorp considerou a contabilização desse novo plano como uma despesa antecipada a ser apropriada pelo período de doze meses e registrada na rubrica de outros ativos.

Com outorgas anuais e de modo a promover o estímulo do desempenho dos potenciais beneficiários ano após ano, da permanência no Grupo Qualicorp ou nas sociedades por ela controladas, bem como o alinhamento entre os interesses dos mesmos e dos acionistas da Companhia, esse novo Programa tem como principal objetivo garantir à Companhia um importante e dinâmico elemento no fomento da criação e fortalecimento de nossa cultura de meritocracia, garantindo que esses executivos estejam motivados a performar ano após ano, justificando assim sua potencial seleção ao recebimento de Ações Restritas.

Em abril de 2022 o Grupo Qualicorp realizou uma nova outorga, que foram entregues a determinados executivos e sujeitas a um período de restrição (lock-up) de 1 ano.

O preço de referência de cada Ação Restrita, para os fins deste Plano, foi o preço de cotação de cada Ação Restrita na B3 S.A. no dia útil imediatamente anterior à respectiva data de outorga.

O custo dessas ações foi de R\$11.336 (R\$ 6.890 alocado no patrimônio líquido e R\$ 4.446 no passivo a pagar até a devida transferência), por conta do período de lock-up de 1 ano, o Grupo Qualicorp considerou a contabilização desse novo plano como despesa antecipada a ser apropriada pelo período de doze meses e registrada na rubrica de outros ativos. Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida no resultado despesa no montante de R\$ 4.897, registrado na rubrica de despesas administrativas.

Em 31 de dezembro de 2022, foram alocadas despesas de apropriação de ações restritas outorgadas pelo grupo Qualicorp e/ou por suas controladas no montante total de R\$ 7.539 alocado no patrimônio líquido.

Data da outorga	Valor justo na data da concessão	Data e validade	Quantidade de opções	Concedidas	Exercidas	Canceladas	Saldo
09/05/2019	17,2	09/05/2023	5.700.000	809.454	(3.396.355)	(2.987.808)	125.291
26/12/2019	38,1	26/12/2022	516.000	33.107	(549.107)	-	186.244
01/04/2021	30,4	01/04/2022	170.000	-	(170.000)	-	-
29/04/2022	13,0	29/04/2024	930.000	-	(530.000)	-	400.000
			7.316.000	842.561	(4.645.462)	(2.987.808)	525.291

Para 31 de dezembro de 2022, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 400 dias (457 em 31 de dezembro de 2021).

20 Despesas Por Natureza

A demonstração do resultado é apresentada por função. Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde				
Repasses financeiros de contratos de adesão (a)	167.038	96.981	167.038	106.522
Provisão de perdas operacionais (b)	47.390	-	47.390	-
Ganhos (Perdas) operacionais (c)	(657)	24.697	(657)	24.709
Aporte de sinistralidade (d)	10.882	15.437	13.200	15.437
Despesas Judiciais	(164)	(4.907)	2.352	(3.484)
Outros custos de serviços prestados	3.952	10.374	3.981	12.589
Total Outras despesas de Operações de Planos de Assistência à saúde	228.441	142.582	233.304	155.773
Despesas de comercialização				
Comissão de Terceiros	4.517	6.324	10.600	27.832
Comissão de Terceiros (Vitalício)	9.771	2.829	9.771	10.237
Provisão Comissão	1.022	3.128	1.022	3.137
Comissão de Terceiros (Co-corretagem)	-	185	-	2.241
Outras despesas comerciais	-	1	6.993	4
Total de despesas de comercialização	15.310	12.467	28.386	43.451
Despesas Administrativas				
Gastos com pessoal	144.930	145.874	164.118	169.404
Gastos com serviços de terceiros (e)	100.076	122.269	105.578	127.546
Depreciações e amortizações (f)	51.170	45.789	67.631	51.139
Processos Judiciais	26.637	20.532	27.397	20.867
Auto de infração ANS	5.764	5.939	5.962	6.360
Gastos com localização e funcionamento	10.013	11.570	20.343	20.951
Gastos com publicidade e propaganda	15.952	21.879	18.570	24.929
Outras despesas administrativas (g)	14.452	21.291	14.444	21.647
Total de despesas administrativas	368.994	395.143	424.042	442.843
Total despesas por natureza	612.745	550.192	685.732	642.067

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

- a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridos nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.

A Companhia revisou os contratos com as entidades de classe e realizou uma provisão de R\$ 39.820 em 31 de dezembro de 2022.

- b) Conforme nota explicativa 10.a).
- c) Trata-se das diferenças temporárias com seguradoras/operadoras derivadas do gerenciamento financeiro entre a relação de beneficiários constantes nos sistemas internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar.
- d) Refere-se a contrato de aporte de sinistralidade firmado junto as operadoras.
- e) Refere-se, substancialmente, a serviços de "call center", consultoria, advogados, auditoria, "service desk" e logística.
- f) Refere-se, substancialmente, a amortização dos contratos de cessão de direitos e obrigações.
- g) Refere-se, substancialmente, a despesas com correios, seguros, patrocínios, taxas e contribuições.

21 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Rendimentos com aplicações financeiras	55.336	34.463	58.306	35.737
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	31.667	27.445	35.061	31.984
Atualização monetária	7.894	-	7.894	-
Outras receitas	8.861	3.846	9.152	4.048
Total de receitas financeiras	103.758	65.754	110.413	71.769
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(11.343)	(18.785)	(13.801)	(25.224)
Descontos concedidos	(11.349)	(17.743)	(11.349)	(18.325)
Atualização monetária sobre debêntures	-	(9.738)	-	(9.738)
Ajuste a Valor Presente	(75)	-	(75)	-
Outras despesas	(11.201)	(938)	(16.916)	(1.933)
Total de despesas financeiras	(33.968)	(47.204)	(42.141)	(55.220)
Resultado financeiro	69.790	18.550	68.272	16.549

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Companhia e sua controlada nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.

22 Imposto de Renda e Contribuição Social

II.As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	394.747	526.507	411.175	547.606
Participações sobre o Lucro	(2.004)	(1.615)	(2.004)	(1.665)
Equivalência patrimonial	(9.293)	(23.442)	-	(424)
Subtotal	385.450	501.450	409.171	546.365
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(131.053)	(170.493)	(139.118)	(185.684)
Perdas com Créditos Incobráveis	(5.475)	(12.348)	(6.055)	(12.493)
Despesas não dedutíveis	(1.479)	(2.288)	(2.244)	(2.367)
JCP	15.257	-	15.257	-
Recuperação de Perdas	5.754	2.916	9.284	3.443
Lei do Bem	1.902	2.047	1.902	2.047
PAT em Dobro	228	1.476	287	1.556
Outros	2.888	(1.391)	(2.948)	(2.842)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(111.978)	(180.081)	(123.635)	(196.340)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	29,05%	35,91%	30,22%	35,94%

23 Informações Sobre o Segmento

- a) Descrição dos serviços que são responsáveis pelas receitas do segmento.

A Companhia e sua controlada são responsáveis pela gestão e administração dos benefícios coletivos por adesão relacionados aos planos de saúde e/ou odontológicos, nas quais as principais atividades desempenhadas são: a reunião de pessoas jurídicas contratantes; contratação de plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante ou administrador, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar; oferecimento de planos para associados das pessoas jurídicas contratantes; apoio técnico na discussão de aspectos operacionais; apoio à área de recursos humanos na gestão de benefícios do plano; terceirização de serviços administrativos; movimentação cadastral; conferência de faturas; cobrança ao beneficiário por delegação; consultoria para prospectar o mercado, sugerir desenho de plano e modelo de gestão.

- b) Mensuração de lucro, ativos e passivos por segmento operacional

As práticas contábeis do Segmento Afinidades são as mesmas descritas na nota explicativa nº 3. A Companhia avalia o desempenho do segmento reportável com base no lucro antes dos juros, resultado financeiro, depreciação, amortização e provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Não faz parte do resultado por segmento as provisões para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatório, e as despesas administrativas compartilhadas não são alocadas aos segmentos.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

- c) Fatores utilizados pela Administração para identificar o segmento

O Segmento Afinidades é a unidade de negócio que concentra 93,06% do resultado da Companhia.

Esta unidade, no Grupo Qualicorp, é gerenciada separadamente dentro do modelo de gestão utilizado pelos administradores da Companhia.

O Segmento Afinidades utiliza a maior parte dos recursos da Companhia, como por exemplo, movimentação cadastral dos beneficiários juntos às operadoras/seguradoras, faturamento e cobrança dos benefícios, baixa dos recebimentos e quitação das faturas e dos repasses financeiros às entidades de classe, etc. Todas as receitas e despesas diretas dos segmentos são identificadas no Sistema ERP – SAP S/4 Hana Hec, que possui arquitetura de centro de custos elaborada exclusivamente para a identificação dos segmentos e demais despesas não alocadas.

- d) Informações geográficas do segmento reportado - consolidado

A Companhia possui todas as suas atividades no mercado interno e segmento afinidades apresenta a distribuição do seu faturamento líquido de cancelamentos nas seguintes unidades federativas:

Segmentação Regionalizado (Consolidado)	31/12/2022		31/12/2021	
	Vidas	% Partic. Mercado	Vidas	% Partic. Mercado
Sudeste	892.148	68,25%	1.020.192	68,89%
Nordeste	191.199	14,63%	213.463	14,42%
Centro Oeste	85.998	6,58%	99.814	6,74%
Sul	70.475	5,39%	72.137	4,87%
Norte	67.341	5,15%	75.186	5,08%
Total do segmento Afinidades	1.307.161	100,00%	1.480.792	100,00%

Informações sobre os principais clientes

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, os três principais clientes do segmento Adesão originaram faturamentos de R\$184.549, R\$90.286 e R\$80.530 o que corresponde a uma participação de 10,16%, 4,97% e 4,43% sobre o faturamento do segmento e 9,46%, 4,63% e 4,13% sobre o faturamento consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os três principais clientes do segmento Adesão originaram faturamentos de R\$133.137, R\$129.068 e R\$114.704 o que corresponde a uma participação de 6,26%, 6,07% e 5,40% sobre o faturamento do segmento e 5,85%, 5,67% e 5,04% sobre o faturamento consolidado.

24 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes compromissos relevantes:

- a) Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de R\$26.829 para o ano de 2023 (não auditados). As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2022 foram de R\$29.246 (R\$46.876 em 2021).

25 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Itens	Tipo de cobertura	Importâncias segurada
Garantia de débitos de natureza tributária (*)	Garantia de crédito tributário – Órgão Público	640.559
Veículos	Perdas e danos ou reparações pecuniárias	342

- A Companhia e suas controladas firmaram seguros sobre garantia de débitos de natureza tributária. Estas apólices garantem, exclusivamente, débitos provenientes da discussão sobre a dedução de despesas da amortização do ágio da base de cálculo do IRPJ e CSLL nos anos calendário de 2012 a 2018.

26 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	394.743	524.892	409.171	545.941
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	51.170	45.789	67.631	51.139
Perda por redução ao valor recuperável	49	224	49	224
Equivalência patrimonial	(9.293)	(23.442)	-	-
Ações restritas	8.377	11.159	8.377	11.159
Receitas/Despesas financeiras	-	10.064	-	10.179
Provisão (reversão) para riscos	(707)	(8.654)	3.680	(7.608)
Provisão de reajuste	-	10.994	-	13.485
Participações no resultado	-	1.615	-	1.665
	444.339	572.641	488.908	626.184
Varição dos ativos e passivos operacionais:				
Redução (aumento) de créditos de operações com planos de assistência à saúde	24.193	(14.928)	20.373	(25.800)
Aumento de impostos e contribuições a recolher	(1.992)	733	(1.921)	1.677
redução provisão para IR e CSLL	16.795	(8.209)	16.994	(332)
Redução (aumento) de débitos de operações de administração de benefícios	(15.829)	18.712	(19.268)	25.207
Aumento de contraprestações / prêmios a restituir	33.581	896	33.581	1.637
Redução (aumento) de despesas antecipadas	1.187	(1.800)	573	(2.333)
Aumento (redução) bens e títulos a receber	(21.045)	(7.606)	(20.762)	(33.073)
Aumento (redução) comercialização sobre Operações	878	(208)	878	(199)
Aumento de débitos diversos	49.613	11.066	44.582	35.147
Redução (aumento) de depósitos judiciais	3.932	222	3.548	(1.332)
Redução de receita antecipada de contraprestações / prêmios	(9.804)	1.583	(8.232)	(93)
Aumento (redução) outros créditos a receber a longo prazo	(4.774)	5.065	(22.365)	5.054
Aumento (redução) de créditos tributários e previdenciários	(3.838)	(4.554)	(3.839)	(17.693)
Aumento de aplicações financeiras	(31.361)	21.550	(31.959)	13.599
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	485.875	595.163	501.092	627.650
Imposto de renda e contribuição social pagos	(93.878)	(119.873)	(106.112)	(138.116)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	391.997	475.290	394.979	489.534

27 Eventos Subsequentes

Em 1 de janeiro de 2023, foi realizada a incorporação total da Elo Administradora de Benefícios Ltda, tendo como efeito a extinção da controlada incorporada.

Mais escolhas para você. Mais Quali para sua vida.

A incorporação total da controlada, conforme protocolos e justificação de incorporação constantes nos atos societários beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos da sociedade envolvida, bem como a racionalização operacional e administrativa, o que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, societários e estruturais.

O critério de avaliação do patrimônio líquido na incorporação foi o valor contábil dos ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme laudo de avaliação aprovado pela ANS em 28 de novembro de 2022.

28 COVID-19

A Companhia não identificou, até o momento, riscos significativos de não continuidade de nossas operações em um futuro previsível, levando em consideração todas as informações atualmente disponíveis.

29 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2023 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2022, quando aplicável.

Elton Hugo Carlucci
Diretor Presidente

Eduardo Ribeiro Farias de Oliveira
Diretor

Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto
Diretor Financeiro e de Relações
com o Investidor

Adriana Ricardo Arrais
Contadora - CRC. 1SP213332/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 963E-8C33-26D3-F765.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/963E-8C33-26D3-F765> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 963E-8C33-26D3-F765



Hash do Documento

81ACA0363F6F6567E6B3AAAB4176D4D5B4B7D7BEF95338696B0054794933A3C7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2023 é(são) :

Adriana Ricardo Arrais - ***.929.108-** em 30/03/2023 17:53
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

